



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 12ª REGIÃO

Secretaria Administrativa - SECAD

Coordenadoria de Material e Logística – CMLOG

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS – Valor inferior a R\$ 57.208,33

Bases (duas) em Latão Niquelado e Mastros (quatro) com ponta de lança (\cong 2,30 metros)

PROAD: nº 16.320/2023

1 – Item identificador da demanda e descrição do objeto no PAC - Plano Anual de Contratações.

Item no PAC CMLOG: 11048

Objeto:

- PAC 11048: Aquisição de 02 (dois) CONJUNTOS de 01 (uma) Base *para mastros de bandeiras* em latão niquelado, com 02 (dois) Mastros *em alumínio*, em cada base, com ponta de lança, em cada mastro, medindo o mastro em conjunto com a lança, entre 2,25m a 2,40m (altura), destinados para o Plenário e a Presidência do Tribunal.

2 – Unidade Demandante e Unidade Gestora de Orçamento

Unidade Demandante: Setor de Materiais - SEMAT

Unidade Gestora do Contrato: Coordenação de Material e Logística - CMLOG

3 – Justificativa e Fundamentação da Contratação

As aquisições dos relacionados no *campo nº 04 (Descrição da Solução – Objeto)* se fazem necessárias por demanda nos apresentada pela Presidência.

Trata-se de item de uso muito específico, portanto não constando em estoque.

O Judiciário, como uma das Funções (Poderes) do Estado, se reveste do cuidado necessário na representação do mesmo, assim, os itens ligados às “Bandeiras” e *representações das mesmas*, segue formalidade própria, e, portanto, faz-se necessária esta aquisição.

Com a iminente inauguração do ambiente Plenário (que passa por reforma) é razoável que se busque um adequado apresentar dos símbolos pátrios.

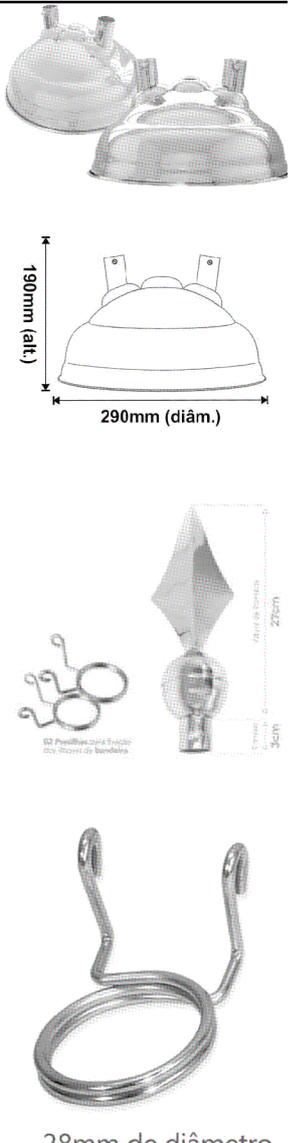
A presente aquisição proposta converge com o Plano Estratégico do TRT-SC 2021-2026, respeitando a legislação ambiental, contribuindo para “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais”, bem como implementando o demais valores.

4 – Descrição da Solução (Objeto)

Resumo do objeto:

Item	Descrição	Quantidades
01	CONJUNTO Base de Latão <i>Niquelado</i> com Dois Mastros para Bandeiras com Ponta de Lança.	02

Especificação detalhada do objeto:

Item	Especificação	Quant.	
01	<p>CONJUNTO Base de Latão <i>Niquelado</i> com Dois Mastros para Bandeiras com Ponta de Lança: Cada <u>conjunto</u> de suporte com dois mastros para bandeira, contém, uma base, dois mastros e quatro presilhas, cuja especificação detalhada está abaixo sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) unidade de Base em latão niquelado para 02 (dois) mastros, diâmetro mínimo de 29cm e máximo de 33cm, altura mínima de 18cm e máxima de 25cm, cor/acabamento: niquelado, no mesmo padrão do mastro, contendo canopla de metal para o encaixe do mastro, com espessura e encaixe compatível com o mastro especificado acima. Diâmetro para encaixe dos <i>mastros em alumínio</i> compatível com mastros (mastros possuem diâmetros entre 26mm a 30mm). Base compatível para mastros de alumínio instalados em ambientes internos. Altura: 25 cm (máximo) e 18 cm (mínimo). Cor/acabamento: Niquelado, no mesmo padrão de cor do mastro. 02 (duas) unidades de Mastro em alumínio (ponta será de <i>lança</i>). Diâmetro do <i>mastro</i> é de mínimo de 26 mm e máximo de 30mm, <i>acompanha</i> Lança, em alumínio, com cor no mesmo padrão do mastro (cor: niquelado), com altura <i>das lanças</i> nas dimensões mínima de 25 cm e máxima de 30 cm, sendo uma lança por mastro. Mastros dividido em 04 (quatro) de partes. Altura do mastro com a lança: no mínimo de 2,25m e máximo de 2,40m. Embalado na caixa com 01 unidade de mastro, dividido em 04 (quatro) partes, além da lança. 	02	 <p>28mm de diâmetro</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Presilhas para fixação de ilhoses – 02 (duas) presilhas por mastro. Serão um total de 08 (oito) presilhas, tendo em vista que serão adquiridos 04 (quatro) mastros. • Garantia de 12 (doze) meses • Cada <u>conjunto orçado</u> deve conter: 01 (uma) Base em Latão Niquelado, 02 (dois) Mastros em alumínio, 02 (Lanças 'ponta de lança') e 04 (quatro) presilhas para fixação de ilhoses 		
--	--	--	--

Os bens a serem adquiridos têm alta durabilidade, com tempo de vida útil indeterminado, não se vislumbrando, desta forma, a necessidade de sua substituição num curto ou médio período de tempo.

Do ciclo de vida:

Sobre a abordagem do ciclo de vida dos produtos, trata-se de itens de maior durabilidade, além de que, embora possam ser empregados em ambientes externos, a aquisição se destina ao emprego em ambientes internos (Plenário do Tribunal e Presidência do Tribunal). Assim, estimamos o uso por 05 (cinco) anos.

Divisibilidade do Objeto

Quanto ao parcelamento da solução, a análise relativa à divisibilidade do objeto em itens ou lotes, resulta que, embora os itens possuam natureza divisível, possuem também natureza de complemento e, exigem, uma *rígida compatibilidade*, de forma que serão adquiridos em *conjunto* (como uma espécie de 'kit'), assim, não haverá parcelamento dos mesmos, sendo os itens adquiridos como item único.

Não se aplica Nível Mínimo de Serviço - NMS na presente contratação.

Formas e prazos de fornecimento:

O material deverá ser entregue no prazo de 12 (doze) dias corridos a partir da comunicação, via e-mail, de publicação da nota de empenho;

A entrega se dará no **endereço abaixo**. No horário das 13:00h às 18:00h.

Entrega no Almojarifado do TRT da 12ª Região

Rua: Santos Saraiva, nº 1.309 - fundos

Bairro: Estreito - Florianópolis / SC - CEP.: 88.070-101

Tel.: (48) 3216-4154 e-mail.: samox@trt12.jus.br

Necessidade de contrato:

Na aquisição em questão não necessária a assinatura do termo de contrato, entendendo que nos termos do inciso I e II, do art. 95 da Lei 14.133/2021, o contrato não é obrigatório para o presente caso, e esta Equipe de Planejamento entende pela possibilidade de utilização da Nota de Empenho como instrumento hábil a substituí-lo.

5 – Sustentabilidade

Com base na filosofia de sustentabilidade incorporada por este Tribunal que busca a proposta mais vantajosa levando em conta não apenas o preço, mas o custo como um todo, considerando a manutenção da vida no planeta, equidade social e o bem-estar humano, em consonância com o artigo 5º da Lei 14.133/2021, bem como considerando os critérios de sustentabilidade previstos no Guia de Contratações Sustentáveis editado pela resolução do CSJT e pelo PLS-Plano de Logística Sustentável deste TRT-SC, as aquisições deste processo devem observar os parâmetros legais de preservação ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A presente aquisição está de acordo com o planejamento estratégico do Poder Judiciário e a legislação ambiental a ele pertinente, especialmente os seguintes textos normativos: Artigo 5º da Lei 14.133/2021, Resolução CNJ 325/2020, de 29 de junho de 2020, Resolução CNJ 400/2021, de 16 de junho de 2021, Portaria PRESI 793 de 1 de dezembro de 2022, PORTARIA SEAP 011, de 25 de janeiro de 2016, bem como a Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e a Portaria PRESI 769 de 14 de novembro de 2022 com o PLS-TRT12 2023 (Plano de Logística Sustentável TRT12 2023).

Tem como norte principal os critérios contidos no Guia de Contratações Sustentáveis, aprovado pela Resolução CSJT nº 310/2021 e pelo PLS - Plano de Logística Sustentável deste TRT-SC, instituído pela Portaria Presi 793/2022, os quais preconizam as práticas sustentáveis a serem observadas pelas empresas que fabricam equipamento. Assim, itens como utilização de energia renovável, embalagens recicláveis, baixo consumo de energia (ex. Selo Procel A), baixa emissão de calor e reengenharia do equipamento, estão subentendidos como “incorporados à produção e funcionamento do equipamento.

Os materiais que compõem as embalagens do produto, serão posteriormente descartados pela Coordenadoria de Material e Logística, observando toda a legislação ambiental e sempre levando em consideração as políticas internas de descarte sustentável que visam a reciclagem, e dentro do possível, o reaproveitamento dos materiais.

Ao fim da vida útil ou quando não mais servirem aos propósitos para os quais estes itens foram adquiridos ou não estando mais operacionais, cada um destes materiais, serão doados ou descartados de acordo com as regras da contabilidade pública, legislação sobre a administração, aforamento e alienação de bens móveis de domínio da União, bem como a legislação ambiental, existentes à época.

Muito embora a destinação da Bandeira Nacional em mau estado de conservação, siga um rito próprio de descarte (por ser um símbolo nacional conforme preceitua o Art. 13, § 1º, CF/88, segue o disposto no Art. 32, Lei nº 5.700/71) o mesmo não se aplica aos mastros e bases de sustentação, sendo tais itens descartados ou doados com itens comuns.

6 – Obrigações das Partes

6.1 – São obrigações gerais da Contratada:

- I – Proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;
- II – Responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas) nos termos da cláusula quatorze - da liquidação e pagamento;

- III – Observar e cumprir, estritamente, os termos do termo de referência/orçamento apresentado, obedecendo critérios e prazos acordados;
- IV – Manter em dia a documentação até a liquidação e pagamento da nota fiscal;
- V – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- VI – Obedecer, no que couber, às normas do Código de Ética do Contratante acesso clicando no link http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/documentos/Resolucao_adm_006_2016.pdf;
- VII – Responsabilizar-se pela entrega do objeto nas condições acordadas;
- VIII – Corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material entregue, caso se verifiqu problemas de qualidade, defeitos de fábrica ou originários do carregamento e transporte;
- IX – Obedecer, no que couber, aos termos da Portaria PRESI nº 340/2022, que regulamenta o procedimento par apuração de responsabilidade e eventual adoção de medidas decorrentes do cometimento de infrações prevista na Lei nº 14.133/2021 Acesso no link: http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2022/061011340.pdf.

6.2 – São obrigações da Contratada decorrentes da LGPD:

- I – Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), na hipótese de, em razão do present contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adota as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acesso não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimo definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação d proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;
- II – Dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida d cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;
- III – Não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instrução explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse últim caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicia ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressament exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;
- IV – Não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;
- V – Assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para ag dentro das normas nela dispostas;
- VI – Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;
- VII – Responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dado pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por el empregados para o tratamento dos dados;
- VIII – Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu términ e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;
- IX – Nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada ser considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante."

6.3 – São obrigações específicas da Contratada

- I – Responsabilizar-se pela entrega do objeto no endereço especificado, sendo o Almoxarifado do Tribunal - Ru Santos Saraiva, 1309 - Fundos - Estreito - Florianópolis/SC, no horário das 13:00h às 18:00h, conforme exigência da contratação, proposta da empresa, nota de empenho e anexos;
- II – Entregar o material no prazo de 12 (doze) dias corridos a partir da comunicação, via e-mail, da publicação d nota de empenho;
- III – Colocar à disposição da contratante todos os meios necessários para comprovação da regularidade d entrega, permitindo a verificação de suas conformidades com as especificações técnicas e exigências d contratação, proposta da empresa, nota de empenho e anexos;
- IV – Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas compatíveis, bem como quaisquer determinaçõe emanadas do Contratante, pertinentes ao objeto contratado, cabendo-lhe única e exclusivamente responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus empregados;
- VI – Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas, encargos, para o transporte dos bens, nã transferindo ao TRT12, a responsabilidade pelos mesmos;
- VII – Garantir/substituir as parcelas dos bens que, porventura, apresentem problemas de qualidade ou que sua características estejam inferiores ou diferentes daquelas especificadas, proposta da empresa, nota de empenh e anexos sem custos para o contratante;
- VIII – Corrigir ou substituir, às suas expensas, o bem entregue caso se verifique problemas de qualidade, defeito de fábrica ou originários do carregamento e transporte;
- IX – Manter as obrigações quanto às questões fiscais, trabalhistas e/ou previdenciárias.
- X – Para as situações do inciso VII e VIII, imediatamente acima, estipula-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis par resolução da situação, ou apresentar como e quando se resolverá;

6.4 São obrigações gerais do Contratante

- I – Efetuar o pagamento na forma convencionada, após a entrega e mediante a apresentação da Nota Fiscal d Venda e do Termo de Recebimento Definitivo, devidamente atestados pela gestão/fiscalização da aquisição;
- II – Fiscalizar a execução do Contrato quanto ao andamento, a qualidade, quantidade e procedimentos de entreg;
- III – Solicitar da Contratada a substituição de peças ou partes ou, se for o caso, do bem em sua integridad considerado impróprio (qualidade inferior), defeituoso ou em desacordo com as condições da contrataçã proposta da empresa e do Termo de Referência;
- IV – Prestar os esclarecimentos solicitados pela contratada, que forem necessários à execução do mesmo.
- Observação: Nos termos do inciso I, do art. 95 da Lei 14.133/2021, o termo de contrato não é obrigatório para presente caso, e esta Equipe de Planejamento entende pela sua desnecessidade.

7 – Forma de contratação e Critério de seleção do fornecedor e Envio de Amostra

7.1. - Forma de Contratação

A contratação, que se dará por Compra Direta, se fundamenta no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, qu tem seu limite atualizado no Decreto nº 11.317/2022.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no cas de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) (Vigência)

* Valor atualizado pelo Decreto nº 11.317/2022, para o inciso II do caput do Art. 75: R\$ 57.208,3 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

A presente contratação **NÃO SERÁ REALIZADA pelo Sistema de Dispensa Eletrônica - SDE.**

***** Justificativa para não uso do SDE*****

A contratação em questão envolve demanda da presidência e tem prazo mui exíguo, tendo em vista que o objeto a ser adquirido deve ser entregue antes da mudança de gestão, fato que tem seu limite no mês de novembro, tendo em vista que a nova gestão (2024-2025) assume em 01/12/2023.

O afastamento do SDE, tende a profissionalizar a aquisição, visto que se busca junto a fornecedores especializados (que já trabalham com *bandeiras e acessórios*) e/ou fornecedores que os representam (fabricantes) retirar aqueles que *embora prestem serviço de intermediação* não possuem *expertise* e tende a incorrer em atrasos e solicitações de sucessivos adiamentos. A própria dinâmica tende a ser mais célere, além de trabalhar com dimensões de preços mais realistas.

Será efetuada a coleta de orçamentos com vistas a atender o propósito de aquisições.

Considerado o previsto no **art. 48, I, LC nº 123/2006**, a contratação do presente PROAD requer exclusividade para participação de EPP e ME. Assim os participantes devem possuir este enquadramento o que será verificado em documentos e certidões que serão anexadas ao processo.

Quanto às propostas apresentadas, considera-se assim: Quanto ao parcelamento da solução, a análise relativa à divisibilidade do objeto em itens ou lotes, resultou que, embora os itens possuam natureza divisível, possuem também natureza de complemento e, exigem, uma *rigida compatibilidade*, de forma que serão adquiridos em *conjunto* (com uma espécie de 'kit'), assim, não haverá parcelamento dos mesmos, sendo os itens adquiridos como item único.

Será selecionada a proposta que:

- apresentar o menor preço por item, devendo a empresa atender a todos os requisitos solicitados.
- apresentar regularidade fiscal e trabalhista, bem como não estar proibido de licitar ou contratar com União.

Critérios Fiscais:

- CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida;
- Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho.

Obs. Ficam dispensadas a Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e a Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal com bases no art. 70, inciso III, da Lei 14.133/2021, tendo em vista se tratar de contratação para entrega imediata.

Critérios Técnicos: Não é necessária qualificação específica das empresas proponentes para o fornecimento dos itens desta contratação.

7. 2. - Preenchimento do modelo de orçamento para a coleta de preços

Foi utilizado o modelo de orçamento constante da página da SECAD.

7. 3. - Análise dos orçamentos

Empresas Participantes →				
↓ Itens / Especificações				
	Preço Unitário			
	Quant.			
	Preço Total			

8 – Recursos Orçamentários

Há disponibilidade de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação e a demanda está prevista no orçamento da Unidade Gestora (CMLOG).

Os recursos são oriundos da verba contemplada nos itens:

Valor estimado da aquisição:

Natureza da Despesa:

9 – Informações complementares

Informações técnicas referente ao objeto deverão ser obtidas junto ao Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG com o Coordenador Altair de Lima, no horário compreendido entre as 12 e 19 horas, pelo telefone 48-3216-4151, e mail cmlog@trt12.jus.br.

Outras informações com o servidor Robson Ignácio de Souza, entre 12h e 19h, pelo telefone 48-3216-4113, e-mail semat@trt12.jus.br

10 – Providências para adequação do Tribunal

Os itens a serem adquiridos neste processo não evocam a necessidade de ajuste à adequação por parte deste Tribunal. Sendo itens que já fazem parte do mobiliário (móveis e aparelhos) do Tribunal, o mesmo apenas proceder a distribuição às Unidades conforme suas necessidades e permanecerá com alguns no Almoxarifado para repor quando solicitados.

Assim, não há mudança estrutural ou de outra forma para serem efetuadas.

11 – Contratações correlatas ou interdependentes

Contratações correlatas ou interdependentes:

Não verificável no caso em questão.

12 – Análise de Riscos

A política adotada pelo Tribunal estabelece que riscos baixos e médios podem ser aceitos, ou seja, inferior a 15.

O Mapa de Riscos da presente contratação não apontou em nenhum risco identificado a pontuação mínima de 15. Dessa forma, os riscos lá enumerados serão aceitos, ou seja, não serão tratados.

13 – Gestão e Fiscalização

A gestão contratual é obrigação da Administração e constitui atividade prevista no art. 117º da Lei n. 14.133/21.

São atribuições do fiscal:

- a) verificar a conformidade da execução do contrato, nos termos acordados;
- b) efetuar a comunicação com a contratada, sempre que necessário;
- c) verificar a aderência às normas e obrigações pactuadas;
- d) determinar a regularização dos defeitos verificados;
- e) reportar ao gestor caso inexistentes as diligências efetuadas junto a empresa;
- f) realizar o recebimento provisório.

São atribuições do gestor:

- g) gerir a execução do ajuste;
- h) acompanhar as ações de fiscalização;
- i) diligenciar junto à empresa nos casos em que lhe forem solicitados pelo fiscal;
- j) realizar o recebimento definitivo.

A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

14 – Recebimento do objeto

As condições para o recebimento estão estipuladas nas Listas de Verificação para o recebimento, e liquidação e pagamento do objeto anexas ao presente termo de referência:

1. Termo de Recebimento Provisório
2. Termo de Recebimento Definitivo
3. Atestado de Conformidade para Pagamento da Nota Fiscal

A entrega se dará no **endereço abaixo**. No horário das 13:00h às 18:00h.

Entrega no Almojarifado do TRT da 12ª Região

Rua: Santos Saraiva, nº 1.309 - fundos

Bairro: Estreito - Florianópolis / SC - CEP.: 88.070-101

Tel.: (48) 3216-4154 e-mail.: samox@trt12.jus.br

Em conformidade com os artigos 40, § 1º, II e 140, II (alíneas e parágrafos) da Lei nº 14.133/2021, e com Portaria Presi nº 242/2016, o objeto da presente contratação será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. Sendo o recebimento provisório concedido pelo Almojarife (Assistente-Chefe do Setor de Almojarifado) conforme as verificações do Termo de Recebimento Provisório, e;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Sendo concedido pela Comissão de Recebimento de Materiais conforme as verificações do Termo de Recebimento Definitivo. O prazo para as verificações do Termo de Recebimento Definitivo é de, no máximo, 10 (dez) dias após a entrega do material.

Os atos previstos acima deverão ser registrados nos respectivos Termos de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo (Aquisições de Bens) instituído na Portaria Presi 162/2020.

15 – Condições de pagamento

A liquidação e o pagamento obedecerão ao seguinte:

- a) Os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária.
- b) Para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);
- c) É de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo a Contratante qualquer responsabilidade pela falta de juntada ao sistema no prazo;
- d) Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à SEOF - Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do e-mail seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059.

- e) As notas fiscais deverão ser juntadas pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise Liquidação da Despesa – NULAD;
- f) O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis do Termo de Recebimento Definitivo. Ser considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;
- g) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. . Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- h) Havendo erro na(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade ao fornecedor, interrompendo-se o prazo para pagamento até que este providencie as medidas saneadoras;
- i) Cabe à Contratada proceder ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados.

16 – Penalidades

As penalidades pela inexecução total ou parcial do ajuste, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 são as seguintes:

- a) Multa de mora de 0,3% por dia sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% do valor do item, sem prejuízo das demais sanções. Em caso de atraso superior a 30 dias, poderá a Administração, a seu critério, declarar inexecução contratual;
- b) Multa por inexecução parcial de 5% sobre valor total do contrato;
- c) Multa por inexecução total de 15% sobre o valor total do contrato.

A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante a vigência da contratação, sob pena de aplicação de multa de 1% do valor da nota fiscal, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

17 – Declaração da viabilidade ou não da contratação

De acordo com Estimativas Preliminares dos Preços e demais elementos constantes do presente Termo de Referência consideramos viável esta contratação.

18 – Equipe de Planejamento da Contratação

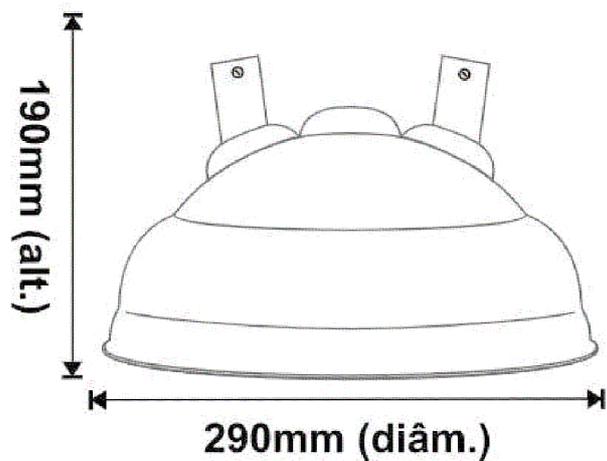
Integrante Demandante Nome: Nagib Jorge da Silva Matrícula: 1416 Lotação: Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG Cargo: Técnico Judiciário E-mail: nagib.silva@trt12.jus.br ou cmlog@trt12.jus.br Ramal: 48 3216-4142	Integrante Demandante Substituto Edilson Zilto Forte Matrícula: 2619 Lotação: Coordenadoria de Material e Logística – CMLOG Nome da Função: Assistente-chefe do Setor de Almoxarifado E-mail: samox@trt12.jus.br . Ramal: 3216-4154
Integrante Técnico Nome: Robson Ignácio de Souza Matrícula: 3724 Lotação: Coordenadoria de Material e Logística Nome da Função: Assistente II E-mail: semat@trt12.jus.br Ramal: 3216-4113	Integrante Técnico Substituto Nome: Alceu Aquini Dias Filho Matrícula: 1726 Lotação: Coordenadoria de Material e Logística Nome da Função: Assistente chefe do Setor de Materiais E-mail: semat@trt12.jus.br Ramal: 3216-4141
Integrante Administrativo Nome: Sérgio Moritz Matrícula: 800 Lotação: CLC - Coordenadoria de Licitações e Contratos Cargo: Analista Judiciário E-mail: sergio.moritz@trt12.jus.br Fone: 48 3216-4322	Integrante Administrativo Substituto Nome: Edson de Amorim Matrícula: 2238 Lotação: CLC - Coordenadoria de Licitações e Contratos Cargo: Técnico Judiciário E-mail: edson.amorim@trt12.jus.br Fone: 48 3216-4008

Data: Florianópolis-SC, 27 de outubro de 2023.



Bases em *Latão* Niquelado para dois mastros (medidas estimadas). Altura entre 18cm a 25cm. Diâmetro entre 29cm a 33cm.

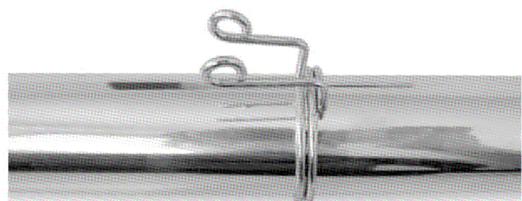
Aquisição de 02 (duas) Bases em *Latão Niquelado*.



28mm de diâmetro

Presilhas para fixação de ilhoses – 02 (duas) presilhas por mastro.

Serão um total de 08 (oito) presilhas, tendo em vista que serão adquiridos 04 (quatro) mastros.



Mastros – 04 (quatro) mastros em alumínio (*para bandeira*), divididos em *quatro partes*, totalizando entre 2,25m a 2,40m de altura (quando considerado em conjunto com a *Ponta de Lança*), seguindo o padrão das bases de latão niquelado (cor: niquelado).

Lanças – 04 (quatro) *ponta de lança*, em alumínio (uma para cada mastro), com medidas entre 25cm a 30cm. Todas seguindo o mesmo padrão dos mastros e bases (cor: niquelado)

